

CORPOS FEMININOS NEGROS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

BLACK FEMALE BODIES AND GENDER VIOLENCE

Geisa Hupp Fernandes Lacerda

Mestra em Ciências das Religiões (FUV). Professora no Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), no curso de licenciatura em Pedagogia. Contato: ge.lacerda@hotmail.com

Rayner Raulino e Silva

Doutorando em Educação (PPGE UFES). Mestre em Educação (PPGE UFES). Graduado em Pedagogia (PPGE UFES). Professor do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC campus Serra). Contato: raynerraulino@gmail.com

Edeson dos Anjos Silva

Doutorando em Educação (UFES). Mestre em Ciências das Religiões (FUV). Professor de Matemática no Sistema Contemporâneo de Ensino (SEC) e SEEDUC. Contato: edeson.anjos@hotmail.com

Resumo: O presente artigo busca compreender a ótica de dominação e submissão dos corpos negros femininos, partindo das contribuições de Bourdieu (2012), Bourdieu e Chartier (2011), Carneiro (1985, 2002) e Gonzalez (1982, 1984). O processo de investigação se deu pela via de um estudo documental, por meio das análises dos Relatórios do Atlas da Violência, produzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2016, 2017, 2018 em articulação com recortes de reportagens jornalísticas. Os resultados da pesquisa constataram que a relação de poder que afeta diretamente a mulher negra se materializa, cicatrizando marcas físicas e simbólicas. Nesse contexto, são as mulheres negras que mais sofrem com o racismo e com as questões de gênero, de forma que a tonalidade da pele é o seu maior pecado, tornando-as alvo. Assim, abordar as questões de gênero, cor e raça, bem como as violências simbólicas e físicas, nunca foi tão essencial como atualmente.

Palavras-chave: Corpo Negro Feminino. Violência Física e Simbólica. Gênero.

Abstract: This paper seeks to understand the optics of domination and submission of black female bodies based on the contributions of Bourdieu (2011, 2012), Carneiro (1985, 2002) and Gonzalez (1982, 1984). The research process was carried out through a documental study, through the analysis of the Atlas of Violence Reports produced by the Institute for Applied Economic Research in 2016, 2017 and 2018. The results of the research found that the power relationship that directly affects black women materializes by healing physical and symbolic marks. In this context black women are the ones who suffer most from racism, from gender issues, so that their skin tone is their greatest sin, making them a target. Thus, addressing issues of gender, color and race, as well as symbolic and physical violence have never been more essential than they are now.

Keywords: Black Female Body. Physical and Symbolic Violence. Gender.

Introdução

Iniciamos a conversa a partir da Sociologia de Pierre Bourdieu¹ que nos dá subsídios para a realização de estudos com vistas a desmontar os mecanismos de violências simbólicas e dominações que são justificadas como resultados de processos naturais, ancestrais e “normais”. Assim, os estudos sociológicos surgem na tentativa de romper com determinados paradigmas que embasam discursos e práticas. Dessa forma, tentam problematizar modos de subjetivação cristalizados que algumas estruturas sociais não querem que sejam problematizados.

Nesse sentido, a Sociologia de Bourdieu e Chartier² se esforça em propor uma “reflexividade sobre o mundo social”. Para tanto, os autores destacam que é necessário: “[...] destruir os automatismos verbais e mentais, portanto, tornar problemático o que tem a aparência de evidente no mundo social, ou seja, todos esses cortes que são enunciados com base no modo de evidência por natureza”³.

Assim, para a destruição desses automatismos verbais e mentais citados por Bourdieu e Chartier, cabe ao ato de entender os distintos sentidos que esses automatismos estabelecem ao longo das histórias e dos contextos sociais pela via da reflexividade e pela articulação entre a Sociologia e a História. Portanto, é importante compreender o discurso sociológico, que para os autores:

[...] é gerado em um espaço que, por sua vez, é um espaço social, em campo científico em que há lutas, concorrências etc.; e, à semelhança do que ocorre nas ciências naturais, é possível certo progresso que visa um conhecimento mais aprofundado, através da luta entre as pessoas que procuram apropriar-se do conhecimento do mundo social, com a condição de que essa luta seja submetida a regras mínimas de diálogos com normas bem definidas.⁴

Propor, então, um discurso sociológico em que se rompe com o imposto, o natural e o que estrutura as violências simbólicas é o intuito de Bourdieu. Um dos

¹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

² BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 17. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/6056516/00eae3>. Acesso em: 28 abr. 2021.

³ BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 27.

⁴ BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 37.

exemplos presentifica-se na obra intitulada “A Dominação Masculina”⁵. Bourdieu, um dos grandes sociólogos da contemporaneidade, propõe pensar nas submissões vivenciadas e impostas entre os indivíduos, que ele vai denominar como violências simbólicas, invisíveis, violências suaves, entre outras terminologias. Essas são exercidas por diferentes vias, como linguagem, conhecimento e representações sociais pelas quais os indivíduos compactuam com uma determinada lógica que estrutura os modos que cadenciam as relações entre os indivíduos.

Nesse cenário percebe-se uma produção social das diferenças construídas entre os gêneros mulher e homem. Essas diferenças produzidas, socialmente, se originam em um discurso biológico dos corpos, resultando em uma justificativa, também, desse simbolismo atribuído aos corpos desde a infância⁶.

Bourdieu⁷ propõe uma análise sobre tal violência simbólica presente na dualidade proposta por uma superioridade masculina. Para tanto, sugere não discutir apenas os aspectos biológicos, mas, sim, tratar especificamente das relações entre o gênero masculino e o gênero feminino, a partir de um pensamento que visa olhar sobre a masculinidade e a feminilidade. E como essas relações estão nas condições estruturais de pensamento e são compartilhadas nos mais diversos setores da sociedade, nas mais diversas fases, instituições, estando fixadas de tal forma, que acabam determinando um parâmetro de pensamento sobre a dualidade masculino/feminino.

A divisão entre os sexos parece estar na ‘ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.⁸

Quando pensamos em violência, trazemos um caráter de uma violência física de um sobre o outro. No entanto, ao tratar do conceito de violência simbólica,

⁵ BOURDIEU, 2012.

⁶ BOURDIEU, 2012.

⁷ BOURDIEU, 2012.

⁸ BOURDIEU, 2012, p. 17.

Bourdieu⁹ foca nos fatores psicológicos, emocionais, sociais, históricos e culturais, fazendo com que um indivíduo se imponha ao outro, estabelecendo uma espécie de clausura sobre o outro. Nessa direção, a dominação masculina está ancorada, para Bourdieu, em um modo de violência simbólica. Para o autor:

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.¹⁰

Assim, ao tratarmos sobre a dominação masculina, estamos colocando em debate, também, o papel que o feminino ocupa em nossa sociedade. Pois, sendo uma sociedade patriarcal, coloca-se a mulher em um contexto social em que ela é oprimida e cerceada. Portanto, os estudos de Bourdieu¹¹ nos mostram relações assimétricas existentes em diferentes sociedades, que foram enraizadas pelos diferentes processos sociais, que detinham aspectos similares de uma cultura androcêntrica. Essa cultura conserva tais relações assimétricas entre homens e mulheres. Tal simbolismo binário faz com que a dominação masculina seja evidente nas sociedades, porém, justificadas por desculpas naturalizadas e inconscientes, efetivando-se, assim, as violências simbólicas.

Nessa direção, a dominação masculina se manifesta em sua fonte de formas ocultas e invisibilizadas, justificando-se, assim, a naturalização da dominação masculina. Alguns exemplos são: as diferenças de remuneração, as ocupações de postos de trabalho, os papéis domésticos, os modos de vestimenta, as brincadeiras e entre outros.

Saindo do lar doméstico, encontramos o androcêntrico atravessando, também, a formação do pensamento, nas ciências e na filosofia. A divisão entre os sexos parece estar na ordem social e das coisas, nesse sentido a dominação masculina é tão sofisticada que dispensa justificativas, é como se

⁹ BOURDIEU, 2012.

¹⁰ BOURDIEU, 2012, p. 7-8.

¹¹ BOURDIEU, 2012.

essa visão de mundo fosse neutra e não tivesse necessidade de explicar-se.¹²

Sendo assim, a dominação masculina ultrapassa a simbologia sociológica para legitimar os movimentos instituídos nas relações sociais. Assim, é pertinente lembrar que Bourdieu associa a dominação masculina à violência simbólica para pensar para além dos aspectos físicos entre homem e mulher e, assim, entender como as estruturas construídas, socialmente, servem de justificativa para que as relações sociais sejam permeadas por violências simbólicas, influenciando os lugares que esses ocupam na sociedade e os estigmas constituídos socialmente. Bourdieu vai evidenciar toda uma construção histórica e social e nos dar subsídios para compreender como essa dominação masculina foi e é construída. Assim, o que ele propõe é revelar todo esse jogo social-histórico que coloca homens e mulheres em espaços e posições distintas¹³.

Assim, o objetivo dessa produção é compreender a ótica de dominação e submissão dos corpos negros femininos, partindo das contribuições de Bourdieu e Chartier¹⁴, Carneiro e Santos¹⁵, Carneiro¹⁶ e Gonzalez¹⁷. O processo de investigação se deu pela via de um estudo documental, por meio das análises dos Relatórios dos Atlas da Violência produzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2016, 2017 e 2018¹⁸ em articulação com algumas reportagens jornalísticas.

¹² BOURDIEU, 2012, p. 35.

¹³ BOURDIEU, 2012.

¹⁴ BOURDIEU; CHARTIER, 2011.

¹⁵ CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. *Mulher Negra*. São Paulo: Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

¹⁶ CARNEIRO, Sueli. Ennegrecer al feminismo. La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género. *Nouvelles Questions Féministes*, México, v. 24, n. 2, p. 21-26, 2002.

¹⁷ GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

¹⁸ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2016*. Brasília: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2018 – Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

Para tanto, esse texto está organizado de maneira que no próximo subtópico apresentamos os aspectos metodológicos dessa investigação, para posteriormente, discutirmos sobre os “Corpos negros femininos: caminhos, des(caminhos), encruzilhada de lutas e libertação na in(submissão)”, finalizando com as considerações finais deste debate.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Este artigo parte da pesquisa de documentos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2018 acerca do Atlas da Violência¹⁹, bem como de reportagens produzidas em diferentes momentos e espaços. Buscamos, assim, as trajetórias dos corpos negros femininos, compreendendo que estes são produtos de processos históricos, culturais, políticos e econômicos, portanto, resultam de interdependências múltiplas. Nessa direção, evidenciamos que:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.²⁰

Dando continuidade, apresentamos os dados dos documentos acima, entrelaçando o corpo feminino negro, que é destinado a diversas violências, como o trabalho doméstico, descaso na saúde pública, violência racial obstétrica, feminicídios negros, geração de trabalho, genocídio do povo negro e trabalho infantil. Tais categorias foram analisadas em constantes diálogos com as fundamentações teóricas apresentadas, pela via da análise documental, que faz parte de um processo que

¹⁹ IPEA, 2016, 2017, 2018.

²⁰ CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al* (ed.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295.

busca a produção de saberes e diálogos para o entendimento do problema acima apresentado²¹.

Corpos negros femininos: caminhos, des(caminhos) encruzilhada de lutas e libertação na in(submissão)

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.
(Conceição Evaristo)

Iniciamos a tessitura de parte desta escrita sobre os corpos das mulheres negras, mergulhando em trechos do poema de Conceição Evaristo²², *Vozes-mulheres*, buscando afirmar que nossos passos vêm de longe, um caminho entre as dores e sofrimento do tumbeiro, da separação de seus filhos, o leite materno para alimentar o filho da sinhá. São tracejos de violência física e simbólica a narrativa do corpo feminino negro, tecido por Sueli Carneiro²³, denotando uma profusão de necessidades para entender sua trajetória. Não basta dialogar com o feminismo; é necessário compreender a complexidade do sistema de opressão de gênero, raça/cor e cultura sexista e como esses processos marcam, demarcam e excluem o corpo feminino negro na sociedade.

Diante desse paradoxo, é fundamental analisar a consolidação do pensamento hegemônico normativo e a forma de tratamento da mulher negra, demarcando seu corpo e função como papel secundário, normatizando a invisibilidade de seus corpos negros na sociedade brasileira, sendo menosprezados, subjugados e quais as consequências dessa consolidação nos diferentes fenômenos sociais presentes nos dados estatísticos nacionais e em algumas reportagens jornalísticas.

²¹ MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

²² EVARISTO, Conceição. *Poemas da Recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

²³ CARNEIRO, 2002.

Nesse processo, suas lutas cotidianas buscam o enfrentamento da sociedade patriarcal, sexista e racista que tece essa pauta demarcada pelo descrédito da insubmissão, apagando seus méritos na história, atrelada e estruturada pela narrativa do mito da democracia racial, consolidando seu corpo como mercadoria, objeto e mão de obra desvalorizada, fixando seus lugares condenados a servir e abafando sua voz-fala.

Podemos constatar que o corpo feminino é carimbado pela ótica do racismo, uma engenharia que propõe e consolida o extermínio dos corpos, categorizados pelos fenótipos. Essa teoria racialista nasce no campo biológico e adentra no sociológico. Sobre o conceito de racismo e suas mazelas, concordamos com Gonzalez ao apontar e definir suas consequências:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (GONZALEZ, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados.²⁴

Diante desse fato, Gonzalez demarca que o mito da democracia racial na corporeidade do corpo feminino é articulado pela empregada doméstica e a objetificação dos corpos através da mulata, enaltecidos como objeto sexualizado:

[...] mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na mulata deusa do meu samba.²⁵

Sendo assim, da exploração ao trabalho escravo, doméstico e corpos objetificados, mulheres negras sofreram/sofrem várias sequelas da tentativa de seu

²⁴ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223- 244, 1984. p. 225-226.

²⁵ GONZALEZ, 1984, p. 224.

apagamento devido a suas lutas de insubmissão terem sido tecidas em uma memória e cultura ancestral, reforçando suas resistências no coletivo. Diante desse contexto, no que tange compreender o corpo feminino enquanto ótica que resiste ao sistema hegemônico da cultura do branqueamento, ao modelo heteronormativo e à cultura do patriarcado, algumas demandas são urgentes e necessárias para promover o enegrecer feminino²⁶.

Fundamentar pautas da corporeidade negra de enfrentamento, requer jogar luz sobre a mulher negra que sobe no elevador de serviço para tarefas braçais e subsidia o sustento da família na invisibilidade de seus levantes cotidianos, apagados, inclusive, em materiais didáticos de ensino. Dentro desse contexto é fundamental trazer à tona a resistência e existência do corpo negro feminino em uma ótica ancestral, revisitando toda narrativa debruçada na invisibilidade da mulher negra²⁷.

Rebuscando a perspectiva escravocrata da hegemonia da religião católica romana e de um sistema eurocêntrico e patriarcal, o trato com as mulheres negras era permeado de crueldade. Prática comum no século XVII que perdurou até o século XIX, era o aborto praticado pelas escravas. O aborto era sinal de resistência para que seus filhos não sofressem as mazelas e desprezo, que elas mesmas sofriam devido à escravização.

Os jesuítas aconselhavam que os senhores tratassem com zelo as escravas para que as mesmas continuassem reproduzindo bons servos e boas servas. A negativa da gestação e a prática do infanticídio pelas mulheres africanas diminuía as chances das mesmas se tornarem amas de leite, criando filhos da senhora branca, além da negativa de gerar filhos advindos de estupros. “Existiam outras, como a recusa da escrava em ter filhos mulatos²⁸, fruto da violência sexual e, também, ver

²⁶ CARNEIRO, 2002.

²⁷ GONZALEZ, 1984.

²⁸ Termo utilizado para pessoas originadas do cruzamento entre negros e brancos. Essa palavra é rejeitada pelo movimento negro, uma vez que a palavra mulata se origina de “mula”, um animal estéril em função do cruzamento entre espécies diferentes.

aumentada, com a maternidade, os seus inúmeros trabalhos e já pesados encargos”²⁹.

Em suma, as escravas cuidavam das crianças brancas, deixando seus filhos à morte por não ter opção. Trazendo uma visão romantizada da ama e babá, Freyre pontua: “A figura boa da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava os meninos lhe dando de mamar, que lhe embalava o berço [...]”³⁰.

O corpo feminino negro que, historicamente, foi conduzido às formas de violência no campo físico e simbólico, tinha a sua trajetória demarcada como submissa. No entanto, os caminhos e descaminhos entre as encruzilhadas denunciam a insubmissão constante, sendo benzedeadas, rezadeiras, jongueiras, mães de santo, escravas de ganho entre outras; corpos femininos que demarcam o coletivo para resistir e existir, corpos que antes mesmo da enunciação do termo feminismo negro, já o praticavam em sua luta cotidiana.

Corpos que sentem perdas constantes, corpos negros (pretos e pardos) jogados, largados, fuzilados, estrangulados, esmagados, sem ar, infâncias negras, fuziladas, arremessadas, jovens no paredão, revistados, o guarda-chuva vira metralhadora, macumbeira pactuando com demônio, mulheres pretas mortas pelo feminicídio, pelo Novo Coronavírus (Covid-19), pretas cozinhando, pretas adoecendo devido às condições de trabalho, corpos negros invisíveis ao direito, visíveis ao processo de escravização. Corpos negros convidados ao sistema de necropolítica. “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado”³¹.

A complexidade de ser mulher negra demanda compreender o corpo no enfrentamento do sistema da necropolítica. É um corpo que se move ao

²⁹ MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jul. 1989. p. 86.

³⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 417.

³¹ MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte e Ensaios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 123-151, 2016. p. 128. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 28 abr. 2021.

atravessamento das violências cotidianas; o racismo acompanha essas questões de opressões, que demarca o racismo como neurose cultural³².

No lugar que tange o racismo e sexismo, a referida autora discorre sobre a compreensão do corpo negro feminino nas interfaces mulata, mulher preta, babá e doméstica. Diante dessa interface, o racismo é articulado como “dupla morte”. São apagamentos do corpo físico como também da consciência, inferiorizando a negra. A falta de consciência do racismo causada por uma falsa democracia racial é provada pelos não ditos, colocando o racismo no campo da falácia, naturalizando suas ações. No entanto, dados confrontam o racismo e as questões de gênero no corpo feminino; dados que demarcam a atualidade apresentam narrativas de escravização simbólica e inferiorização³³.

De acordo com o jornal Humanitas³⁴, matéria apresentada no dia 19 de novembro de 2019, os corpos negros femininos atingem altos índices de feminicídio, totalizando um percentual de 58% de vidas ceifadas. Dados alarmantes como esses demonstram o silenciamento dos corpos de mulheres negras, articulado à narrativa de hierarquização a serviço da dominação masculina, como apontado por Beatriz Nascimento³⁵, por meio de submissão, dominação e aniquilamento da voz/fala feminina.

A partir desse processo de “ceifamentos” dos corpos de mulheres negras, refletimos sobre as narrativas de escravização citadas anteriormente, pois o índice acima citado, demarca o gênero e a raça daquelas que em maioria são eliminadas da sociedade.

³² GONZALEZ, 1984.

³³ MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

³⁴ SILVEIRA, Caroline. Machismo mata, e mulheres negras são as que mais morrem. *Humanista*, Porto Alegre, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/11/19/machismo-mata-e-mulheres-negras-sao-as-que-mais-morrem>. Acesso em: 29 abr. 2021.

³⁵ NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. *Jornal Maioria Falante*, fev./mar. 1990. p. 3. Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-e-o-amor/?gclid=EAlaIQobChMI7_unr-y8AIVSAmRCh0kQQMnEAAAYASAAEgJQU_D_BwE. Acesso em: 29 abr. 2021.

Outro dado importante para ilustrar as formas de “ceifamentos”, no que se refere às relações do corpo feminino e cuidados obstétricos, matéria apresentada no jornal supracitado, aponta a negligência do sistema de saúde ao receber o corpo feminino negro, denunciando que 65% dos casos de violência obstétrica são cometidos em mulheres negras. Os dados dessa pesquisa apontam que tal descaso é movido pelo racismo obstétrico que defende o discurso de que o corpo feminino negro suporta melhor dores com maiores intensidades³⁶.

O racismo obstétrico ilustrado acima demarca as diferenças no trato com as mulheres negras em relação às mulheres brancas. Essas diferenças sinalizam formas de inferiorização que são praticadas como forma de violências que muitas vezes não são ditas, apenas sentidas por essas populações. No entanto, o dado posto acima representa apenas uma porcentagem de mulheres que tiveram consciência da violência obstétrica sofrida. O que podemos indagar é o quantitativo de mulheres negras que não tiveram a mesma consciência, podendo aumentar ainda mais essa população. Demonstra, assim, que o racismo ganha diferentes estratégias para o acometimento da população negra em nossa sociedade.

Vale ressaltar que essas mulheres, ao vivenciarem o sistema de opressão capitalista, vislumbram seus filhos adentrarem ao trabalho infantil, negando-lhes a oportunidade das vivências infantis, fixando-os numa ótica adultocêntrica de forma antecipada. Nesse entendimento, a criança traz desde o seu nascimento um universo que nega a ela o direito de ser criança, reforçando a perspectiva do adulto, por exemplo, o precoce acesso ao trabalho.

Em articulação com o exposto anteriormente, os Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2018), verifica-se que 1835 crianças de 5 a 7 anos trabalhavam, sendo brancas 35,8%; o percentual de pretas ou pardas chega aos 63,8%; assim, o sistema que condiz o extermínio dos corpos negros adentra desde

³⁶ NASCIMENTO, 1990.

tenra idade, retirando de cena o direito dos territórios crianceiros negros a terem direitos ao lazer, saúde e educação³⁷.

As sequelas inerentes a esses dados são várias; desde o processo da desestimulação de crianças negras nos espaços educativos, bem como a desumanização e uma imagem de si que naturaliza as formas de violências e vulnerabilidades sociais. Assim, o racismo presente desde a infância das crianças negras é fator garantidor da manutenção dessa sociedade colonial e capitalista, onde os corpos negros se tornam instrumentos baratos para a conservação de uma sociedade desigual.

Dando prosseguimento nas exemplificações dessa sociedade desigual, os dados apresentados no Atlas da Violência, produzido e aplicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, apontam as seguintes interfaces que alargam a reflexão dos corpos sofrendo violência no campo físico e simbólico. De acordo com IPEA, ao divulgar o Atlas da Violência, a cada cem jovens que sofrem homicídios, 71% são negros; a juventude negra tem a probabilidade de 23,5% de ser exterminada; diante de tal contexto, mães negras enterram seus filhos e vivenciam, cotidianamente, a dor e sofrimento de perdas constantes³⁸.

Os dados apontam para a reflexão da perda desses jovens pretos, colocando as mães pretas na luta cotidiana por justiça, para que esses jovens não sejam esquecidos, tornando-se apenas um índice. Essa luta por justiça solapa o direito das mães ao luto, ao sofrimento pelas vidas ceifadas que possuíam narrativas de vida/vidas. O sistema necropolítico acomete o direito de viver/ser, demarcando as facetas das violências, tornando os corpos negros pretos apenas números à margem.

Ainda referente ao sofrimento, nas esferas físicas e simbólicas, alocamos a reflexão através de dados que mostram o corpo feminino sendo vítima de feminicídio. Ao pontuar o parâmetro de violência contra as mulheres, os números em dez anos

³⁷ IPEA, 2018.

³⁸ IPEA, 2018.

aumentaram; o Atlas da Violência demonstra que mulheres negras (pardas e negras) sofrem 71% dos homicídios³⁹.

Dialogando com dados de feminicídio do corpo negro, as mulheres vivenciam a naturalização das violências nas suas vivências, demarcando o quão é fundamental o diálogo sobre o motivo pelo qual este corpo é percebido como “objeto” descartável; historicamente sem relevância para o contexto social patriarcal, machista e sexista que normatiza a morte dessas mulheres.

Os corpos femininos negros que sobrevivem sofrem as mazelas da vulnerabilidade social. O cenário pandêmico ampliou essa reflexão. Nesse sentido, é pertinente destacar que a atual pandemia da Covid-19 serviu para denunciar as mazelas do sofrimento do corpo feminino, quando a primeira vítima (óbito) da doença, no Brasil, uma idosa negra, de sessenta anos e que trabalhava no bairro nobre do Leblon. Residindo em um bairro periférico, na Baixada Fluminense, percorria todos os dias cento e vinte quilômetros para vender sua força de trabalho; compondo ainda destacar, que o contágio ocorreu de sua patroa recém-chegada de viagem à Itália⁴⁰.

Utilizando o cenário do trabalho assalariado no Brasil, dados da Pesquisa Econômica Aplicada, demonstra que existe um percentual significativo de corpos negros femininos em condições de trabalhos precários, totalizando um percentual de 39,6%. Os dados supracitados revelam a cor da desigualdade em diversas instâncias da vida dos sujeitos e dos corpos femininos, com atitudes discriminatórias, violência física ou simbólica, destruição de bens materiais e, em situações caóticas, podendo chegar a perder a vida, denunciando que o racismo é negligenciado, juntamente, com as narrativas da cultura sexista⁴¹.

O corpo feminino negro na condição de renda demonstra, com os dados da Pesquisa Econômica Aplicada, o quão o trabalho/renda é desigual, acometendo essas

³⁹ IPEA, 2017.

⁴⁰ VILARINHO, Gabriel. A segurança e o outro nos tempos do Coronavírus. *Revista Estudos Libertários (REL)*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34524/19233>. Acesso em: 29 abr. 2021.

⁴¹ IPEA, 2016.

mulheres sem direito à alimentação, moradia; corpos que vendem sua força de trabalho por horas e, no contexto da remuneração, são surrupiadas.

Sendo assim, a invisibilidade dos corpos femininos negros é constatada a partir desses dados, demarcando a ausência de direitos básicos como saúde, moradia, educação etc. O que lhes resta é a moradia em bairros isolados e sem infraestrutura, escolas precárias, ausência de trabalhos qualificados; como canta Elza Soares: “A carne mais barata do mercado, é a carne negra, que vai de graça pro presídio, e para debaixo do plástico”⁴².

Gonzalez demarca que essa mulher negra de figura invisível, mesmo com essas mazelas é o arrimo da família, sustenta seus filhos com trabalho doméstico explorado, transita entre a opressão e a objetificação dos corpos. Essas narrativas apontam para uma insubmissão que é ancestral e atual, propagada e vivenciada por inúmeros corpos femininos negros que não se dobram às dominações no campo físico e simbólico. São corpos que confrontam o racismo, sexismo, como amplamente relatado no livro *Quarto do Despejo*⁴³, escrito por Carolina de Jesus, demarcando a insubmissão e resistência vivenciadas até os dias vigentes. Corpo resistência, corpo templo, corpo das escrevivências⁴⁴.

Considerações finais

O objetivo central deste artigo é compreender a ótica de dominação e submissão dos corpos negros femininos, partindo das contribuições de Bourdieu⁴⁵, Bourdieu e Chartier⁴⁶, Carneiro⁴⁷ e Gonzalez⁴⁸ em articulação com os diferentes dados estatísticos e reportagens nacionais. Podemos chegar a algumas conclusões,

⁴² A CARNE. Produzido por Elza Soares, Pedro Loureiro, Juliano Almeida. Coordenação de Tarcila Villa. [S.l.]: *Conspiração Filmes*, 2017. Youtube (4min49s), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em: 14 abr. 2019.

⁴³ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto do despejo: um diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

⁴⁴ GONZALEZ, 1984.

⁴⁵ BOURDIEU, 2012.

⁴⁶ BOURDIEU; CHARTIER, 2011.

⁴⁷ CARNEIRO, 1985.; CARNEIRO, 2002.

⁴⁸ GONZALEZ, 1982.; GONZALEZ, 1984.

partindo da prerrogativa de que é através do corpo que o ser humano se estabelece na sociedade, ou melhor, no mundo; faz-se necessário entender que o corpo da mulher negra tem história e, muitas vezes, ele não foi compreendido em todas as suas dimensões. Embora os corpos negros sejam construídos e reconstruídos historicamente, socialmente, economicamente e culturalmente. Os dados apresentados aqui evidenciam que a trajetória da mulher negra é marcada por mortalhas de medo e terror, ao longo da história, e pelas construções sociais que a sociedade heteronormativa patriarcal nos impõe.

Nessa linha, salientamos que o corpo é marcado pela história deste indivíduo, interligado com a história da espécie humana. Portanto, o ser humano exerce a sua subjetividade a partir dos aspectos inerentes à sociedade. Nesse sentido, é necessário revisitar a história, pois, nota-se que o corpo da mulher negra é marcado por dois vocábulos relevantes como “trabalho precário” e “prazer”; um corpo moldado para servir⁴⁹.

Outrossim, evidenciamos que o corpo da mulher negra é um corpo estereotipado, no Brasil, desde a escravização, agregando seus lugares de trabalhos de subserviência, rótulos produzidos historicamente e culturalmente, uso dos corpos femininos negros para o trabalho mal remunerado e objeto de desejo; não havendo, no imaginário brasileiro, a mulher negra e seus corpos adentrando aos espaços de intelectualidade e produção⁵⁰. Em decorrência desses estereótipos, os processos educativos ganham diferentes sentidos, e reproduzem discursos coloniais e de branquitude, deixando, à margem, os corpos que não se encaixam nesse padrão estabelecido.

Nesse íterim, fica nítido a dualidade entre o lugar de fala do corpo branco/corpo da mulher branca e do corpo negro, em especial, o corpo da mulher

⁴⁹ GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. As Representações Sociais do Corpo e da Sexualidade no Protestantismo Brasileiro. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, n. 1, p. 1-38, 2006.

⁵⁰ SILVA, Maria Aparecida. O Cotidiano das Mulheres Negras a partir de Suas Narrativas: as experiências e formação de Araraquenses. *Revista Fórum Identidades*, Aracaju, ano 3, v. 6, n. 6, p. 69-79, 2009. p. 71.

negra⁵¹, que destaca o “lugar natural do grupo branco”, que rememora os estudos de Bourdieu⁵² ao apontar para o debate dessa “naturalização” em que determinados grupos sociais ocupam determinados espaços e estigmas. Assim, este trabalho destaca o lugar socialmente constituído pelos indivíduos de acordo com a sua raça/cor, evidenciando os ofícios, residências e uma divisão racial do espaço. A melanina é espaço de poder na sociedade; agregando o debate da dominação masculina, precisamos produzir estudos acerca do corpo voz/fala feminino negro e suas invisibilidades.

Nessa direção, a delimitação de ocupação do corpo negro feminino acentua a discriminação, a exclusão e a exploração do mesmo. Nessa perspectiva, o corpo da mulher negra está condenado ao trabalho forçado bem como ao sexo, tornando, assim, seu corpo um objeto. Sendo assim, evidencia-se que a mulher negra carrega consigo certas peculiaridades, a partir do momento, que ela precisa de uma militância tríplice contra os processos de exclusões que ela sofre em decorrência de sua classe, gênero, etnia, vulnerabilidade, entre outros.

Tais condições corroboram as lutas cotidianas que essas mulheres travam numa responsabilidade social para a garantia de uma justiça social que nem sempre se efetiva nas práticas sociais. O corpo da mulher negra é um corpo que desde o processo de escravização é de luta. É um corpo de insubmissão frente às mortalhas cotidianas de negação ao processo de educação, emprego digno e moradia e às necropolíticas cotidianas.

Outro ponto a se destacar é que o corpo da mulher negra, ao longo da história, tem passado por um processo erótico que envolve estereótipos sexuais e de gênero. Tal debate tem como base colocar em evidência os discursos produzidos sobre gênero, etnia e classe social. Assim sendo, o uso do termo gênero marca diferenças como processo de construção social.

⁵¹ GONZALEZ, 1982, p. 15.

⁵² BOURDIEU, 2012.

Diante desse processo, é inteligível que gênero remete a relações sociais que se mostram nas diferenças entre os sexos que se fortalecem nas relações de poder, quando afirmam que somente o biológico deve ser levado em consideração, perpetuando, assim, as desigualdades. Mas, é nas construções sociais que o gênero ganha diferentes assimetrias de acordo com a ordem cultural e social, sendo que os corpos femininos negros são os mais ceifados, resultado de violências físicas e simbólicas; é um corpo considerado, pela ótica do patriarcado, apenas biológico, para uso, exploração e descarte⁵³.

Assim, além das mazelas, dos estigmas que o corpo da mulher negra traz cicatrizado, ainda enfrenta a naturalização imposta aos gêneros, fruto de uma sociedade heteronormativa e patriarcal, do que venha a ser homem ou mulher, perpetuado ao longo dos anos por fatores sociais, econômicos, históricos e culturais. Sobre isso, destacamos que a heteronormatividade imposta à sociedade é produto de uma construção histórica. Percebe-se, assim, que tudo o que foge a essa norma/padrão imposta à sociedade é excluído, discriminado e, muitas vezes, invisibilizado, ou seja, seu lugar de fala se encontra à margem da sociedade.

Dessa forma, é pertinente inserir, na discussão, um questionamento em relação ao destino biológico traçado tanto para as mulheres quanto para os homens, afirmando que os comportamentos e atitudes de mulheres e homens são advindos do gênero enquanto construção social e cultural e não do sexo, destino biológico. Diante disso, é válido questionarmos acerca do processo resultante do seio da sociedade em produzir, no corpo feminino, determinados estigmas. É notória a opressão enfrentada pelas mulheres negras a partir das peculiaridades da raça e do gênero⁵⁴.

A relação de poder que afeta diretamente a mulher negra se materializa cicatrizando marcas físicas e simbólicas. Nesse contexto, são as mulheres negras que mais sofrem com o racismo, com as questões de gênero, de forma que a tonalidade

⁵³ BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 1998. p. 89.

⁵⁴ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

da pele é seu maior pecado, tornando-as alvo. Assim, é necessário e urgente que suas lutas pela materialização de seus direitos se efetivem, tornando-se protagonistas em seus lugares de fala⁵⁵.

Abordar as questões de gênero, cor e raça, bem como as violências simbólicas e físicas, nunca foi tão essencial como atualmente. Notórios são os diversos mitos e estereótipos que se perpetuam na sociedade ao longo da história, fixados por uma sociedade patriarcal heteronormativa, logo, excludente.

Ainda sobre os traumas, as mazelas no que tange ao sofrimento, nas esferas físicas e simbólicas, sentidos pelo corpo negro, adicionamos os dados sobre os corpos femininos negros vítimas de feminicídio: ao quantificar/mensurar o número de corpos negros que sofreram violência nos últimos dez anos, constatamos um aumento vertiginoso. E, por fim, é inegável a construção de um corpo negro tendo por base a desigualdade perpetuada ao longo da história, mas, “a determinação e força são marcas da mulher. A invisibilidade seria o lugar de destino, mas a perseverança aliada ao tempo mudou o rumo dessa história”⁵⁶; como consequência, a mulher negra deve assumir seu lugar de fala, assim como sua identidade. Destarte, para que floresça uma nova estrutura social, é necessário que haja debates nos diferentes contextos, no âmbito acadêmico, por exemplo, para que as ideologias de classe que se julgam dominantes sejam desmitificadas.

O debate/luta e caminhada pela insubmissão dos corpos femininos negros vem de longe. É uma caminhada ancestral, advinda com a diáspora africana, escravas de ganho, mulheres de terreiros, damas do samba; mulheres que, devido a essa trajetória, movem-se a caminho da insubmissão. O momento atual é propício para que o corpo feminino negro promova debates nos diferentes contextos sociais, com o objetivo de confrontar a colonialidade, intersecção e feminismo negro.

⁵⁵ CARNEIRO, 2002.

⁵⁶ OLIVEIRA, Francilene Costa de Santana. Mulheres Negras Letras e Literatura: uma análise da condição da mulher negra no final do século XIX a meados do século XX. *In*: REDOR, 18, 2014, Recife. *Anais...* Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. p. 1586-1605. p. 1603.

Referências

- A CARNE. Produzido por Elza Soares, Pedro Loureiro, Juliano Almeida. Coordenação de Tarcila Villa. [S.l.]: *Conspiração Filmes*, 2017. Youtube (4min49s), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/6056516/00eae3>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 1998.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. *Mulher Negra*. São Paulo: Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- CARNEIRO, Sueli. Ennegrecer al feminismo. La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género. *Nouvelles Questions Féministes*, México, v. 24, n. 2, p. 21-26, 2002.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al* (ed.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da Recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. As Representações Sociais do Corpo e da Sexualidade no Protestantismo Brasileiro. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, n. 1, p. 1-38, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223- 244, 1984.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2016*. Brasília: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2018 – Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto do despejo: um diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte e Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jul. 1989.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. *Jornal Maioria Falante*, fev./mar. 1990. Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-e-o-amor/?gclid=EAlaIQobChMI7_unr-ym8AIVSAmRCh0kQQMnEAAYASAAEgJQU_D_BwE. Acesso em: 29 abr. 2021.

OLIVEIRA, Francilene Costa de Santana. Mulheres Negras Letras e Literatura: uma análise da condição da mulher negra no final do século XIX a meados do século XX. *In: REDOR*, 18, 2014, Recife. *Anais...* Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. p. 1586-1605.

SILVA, Maria Aparecida. O Cotidiano das Mulheres Negras a partir de Suas Narrativas: as experiências e formação de Araraquarenses. *Revista Fórum Identidades*, Aracaju, ano 3, v. 6, n. 6, p. 69-79, 2009.

SILVEIRA, Caroline. Machismo mata, e mulheres negras são as que mais morrem. *Humanista*, Porto Alegre, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/11/19/machismo-mata-e-mulheres-negras-sao-as-que-mais-morrem>. Acesso em: 29 abr. 2021.

VILARINHO, Gabriel. A segurança e o outro nos tempos do Coronavírus. *Revista Estudos Libertários (REL)*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34524/19233>. Acesso em: 29 abr. 2021.